



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, **REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE
2022.**

Às quatorze horas do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e dois, através do sistema eletrônico de videoconferência da Assembleia Legislativa da Paraíba, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar, debater e indicar políticas públicas de enfrentamento à homofobia na Paraíba. Sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, que iniciou cumprimentando todos os presentes, determinou a realização de um minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19. A Presidenta realizou a leitura do Edital de Convocação, e informou que a presente reunião tem o objetivo de discutir a situação de violência contra a população LGBTQIA+ no estado da Paraíba. Oitiva da Doutora Ivoneide Lucena, representante da gerência de DST AIDS do Estado da Paraíba. A Presidente questionou qual a oferta de testes rápidos disponibilizadas pelo Estado, qual a cobertura alcançada, quantas pessoas foram testadas, qual a identificação existente atualmente, se é identificada a demanda da população LGBT, e se é possível na identificação conhecer a demanda da população LGBT no acesso ao diagnóstico. Em resposta, afirmou que o Governo Federal não tem fornecido insumo que previne a população vulnerável, que não tem fornecido gel, e que tem sido envidado poucos preservativos. Informou que a Secretaria de Estado tem adquirido

preservativos para atender a população, que hoje acontece pregão para aquisição de mais dois milhões de preservativos. Afirmou que a prevenção não é prioridade para o Ministério de Saúde. Informou que tem recebido poucos testes rápidos, que antes recebiam oito mil testes por mês, que existe sistema que as pessoas recebem os testes, e conseguem diagnosticar o perfil da população, que não é possível testar toda a população, que a prioridade é testar as gestantes. Afirmou que em relação ao diagnóstico, sessenta por cento da população identificada com HIV são heterossexuais, e quarenta por cento são homossexuais. Informou que a Secretaria possui estratégia, como oferta de cursos para escolas de nível médio para professores e jovens, e que os cursos também são ofertados em EAD. A Presidente questionou se houve aquisição de gel lubrificante. Em resposta, afirmou que não foi adquirido gel. A Presidenta informou que vai solicitar alguns indicadores, e que quer identificar de que forma a população LGBT acessa serviços, assistência e políticas que o Estado destina. Pediu que a descreva qual o perfil da população e que demanda trazem. Em resposta, afirmou que em relação a HIV e AIDES, setenta por cento se dizem negros ou pardos, que quando o negro é travesti ou trans só se agrava a condição, e que o preconceito é grande. Disse que quando procuram o serviço de saúde e não é atendida pelo nome social, são afastados dos serviços, que trabalha intensamente para que seja identificada, que muitos procuram quando estão com AIDS ou outras DSTS, que a Secretaria de Saúde tem que fortalecer os serviços dentro dos municípios, ou disponibilizar veículos que façam o deslocamento para outros municipais. Falou que não pode fazer a internação de homens trans em alas femininas, ou de mulheres trans em alas masculinas. Informou que morrem em médias duzentas pessoas por ano com HIV e AIDS na Paraíba, e que são diagnosticadas em média mil pessoas por ano Paraíba, e que nos últimos cinco anos tem diagnosticado mais pessoas com HIV que AIDS. Informou que a atenção primária ainda não atende com hormonioterapia, que atualmente novecentas pessoas são atendidas no processo transexualizador, que existem autos testes que são disponibilizados, e são priorizados a população LGBT. A Presidenta questionou se em relação aos quarenta por cento da população LGBT identificada é possível fazer estimativa do perfil socioeconômico e se considera que as parcerias

existentes na atenção básica fazem o tratamento adequado a população, e se ainda existe discriminação na atenção básica. Em resposta, afirmou que é possível fornecer dados como raça, escolaridade e faixa etária. Em relação a atenção primária, informou que precisa dá suporte maior a algumas populações, e que por conta da discriminação e preconceito as pessoas procuram tratamento em outros locais, para que as pessoas de sua cidade não fiquem sabendo. Afirmou que a pessoa com HIV é normal, que precisam de tratamento contínuo, e defendeu que os clínicos possam atender as pessoas com HIV. Informou que os médicos cubanos tratavam pessoas com HIV, e que atualmente são encaminhados para infectologista. A Presidenta questionou como avalia a intersetorialidade, como assistência social, proteção a pessoa, não discriminação racial, e quais os mecanismos que existem que consigam ativar outras políticas do Estado, dentre elas a segurança pública, quando a ameaça de vida por violência é identificada no serviço ofertado ou como demanda que chega ao setor e a gerencia identifica que esteja ocorrendo. Em resposta, afirmou que não existe grupo de risco e sim situação de risco, que em caso de estupro as pessoas procuram os serviços de saúde e a profilaxia por exposição, que existe um fluxo de encaminhamento que deve iniciar o tratamento antes de completar setenta e duas horas, e que o setor de saúde encaminha para delegacia e sai do hospital com o tratamento. Informou que existe delegacia de crimes homofóbicos e ONGS, que as organizações contribuem e dialogam com os municípios sobre os direitos humanos e orientação em relação ao preconceito, que existe setor responsável na Secretaria de Saúde sobre a notificação de violências, e na ficha de notificação existe campo de orientação sexual e identidade de gênero. Defendeu que o serviço seja qualificado para notificar e identificar as situações de violência. Informou que vai enviar para a CPI planilha com dados de casos de violência a partir de dois mil e quinze, e que os casos de violência em homens trans são menores. A Presidenta questionou quantas pessoas trabalham na gerencia de saúde de DTS AIDS. Em resposta, afirmou que trabalham dez pessoas. A Presidenta questionou quantos são de carreira. Em resposta, afirmou sete são de carreira, e três são cargos de confiança. A Presidenta questionou se o número de pessoal é suficiente para atender a demanda. Em resposta, afirmou que não é

suficiente, e que possui muitos sistemas. A Presidenta questionou se a referencia de cuidado e assistência é o Hospital Clementino. Em resposta, afirmou que sim, que é a maior referência, que melhorou bastante e ainda existe dificuldades na regulação. A Presidenta questionou se é possível identificar se os crimes são pelo fato de ser mulheres trans, se existe requinte de crueldade, e quais características específicas que se repetem nesses tipos de crime a exemplo do estupro. Em resposta, afirmou que não é do seu setor, mais pode verificar para repassar informações. A Presidenta questionou se existe lugar que essas informações são sistematizadas com outros setores, como exemplo informação do Hospital Clementino com a gerencia. Em resposta, afirmou que não existe a comunicação. A Presidenta agradeceu pela colaboração, parabenizou pelo trabalho que está desenvolvendo, e informou que voltara a manter contato com a gerencia. Registrou a presença do Deputado Doutor Érico. O Deputado Doutor parabenizou a Deputada Estela pela condução dos trabalhos. Oitiva da Doutora Ingrid Ramalho, Diretora Geral do Hospital de Emergência e Trauma Dom Aluísio Gonzaga Fernandes. A Presidenta pediu para falar do objetivo e função do Hospital de Trauma, quais as condições de funcionamento e se considera que tem estrutura adequada para cumprimento de seus objetivos. Em resposta, afirmou que foi inaugurado ambulatório, através de política inclusiva do Governo do Estado, que o objetivo do ambulatório é assistência a saúde com questão psicossocial, e interiorização para atender população que vivem situações de preconceito. Disse que grande parte da população sofre preconceito por falta de informação. A Presidenta pediu para falar do objetivo do Hospital do Trauma como um todo. Em resposta, afirmou que o ambulatório traz a necessidade interna da unidade hospitalar, que é necessário ampliar espaços, que o ambulatório inicia a portas fechadas, e pacientes serão encaminhados e acolhidos no ambulatório, e que todo o atendimento é baseado em portaria do Ministério da Saúde. A Presidenta questionou se existe no sistema de informação a identificação de orientação sexual e a tipificação da violência. Em resposta, afirmou que não existe este tipo de informação, e passa a ter com a criação do ambulatório, que modifica toda a logística do Hospital. A Presidenta afirmou que em Campina Grande existe o Centro de Referência de Atenção a

População LGBTQUIA+, que realiza dialogo sobre a demanda da população LGBTQUIA+, e questionou qual a relação que o Hospital de Trauma de Campina Grande possui com o Centro de Referencia. Em resposta, afirmou que o Hospital está em processo de informatização, que dados como identificação e gênero são recentes, que o Hospital possui relação de proximidade com o Centro, e tem ajudado a quebrar situações de ignorância. A Presidenta questionou se inseria o nome social antes ou a partir do ambulatório. Em resposta, afirmou que passou a inserir a partir do ambulatório. A Presidenta questionou se é realizado protocolo quando se identifica situações de violência. Em resposta, afirmou que sim. A Presidenta questionou se é possível identificar situações de violência domésticas. Em resposta, afirmou que sim. A Presidenta questionou a quanto tempo ocupa a função e diretora geral. Em resposta, afirmou por quatro anos. A Presidenta questionou se durante os quatro anos houve algum tipo de sensibilização ou formação para abordagem da população LGBT, e se considera que foi suficiente para minimizar a discriminação. Em resposta, afirmou que existem práticas de treinamentos todos os anos, que existe equipe de treinamentos psicossociais, e que está fazendo trabalho para mídia, que será utilizado nas redes sociais. A Presidenta questionou quais os principais parceiros interlocutores para avançar a abordagem, atenção e acolhimento a população LGBT, considerando o Hospital. Em resposta, afirmou que o espaço LGBT, a equipe do ambulatório, o Diretor Geral do Hospital Clementino, e a Gerencia do DST HIV e a Secretaria da Mulher. A Presidenta questionou se a Secretaria de Segurança Pública é acionada quando identifica situação de violência a população LGBT. Em resposta, afirmou que no dia da inauguração do ambulatório teve a presença do Secretário de Segurança, e foi elencado a possibilidade de avançar através de dados. A Presidenta agradeceu a participação e informou que caso necessário, a equipe vai até o Hospital para coleta de dados. Dando continuidade, a deputada Estela Bezerra questionou ao Sr. Fernando Luiz qual o objetivo geral da gerência, o Sr. respondeu que o objetivo é gerir, pensar, construir e executar a política pública LGBTQUIA+, a deputada perguntou qual a estrutura e equipe que a gerência dispõe para a efetivação dos seus serviços e quantos são comissionados e efetivos, o interrogado afirmou que

são quatro integrantes e nenhum deles é concursado, a Sra. Presidente indagou se o Sr. Fernando considera a estrutura adequada para executar os trabalhos da gerência, o mesmo disse que a equipe está conseguindo ter um bom desempenho com os recursos atuais, a deputada questionou se os centros de João Pessoa e Campina Grande são suficientes para atender a demanda de todo o estado, o interrogado respondeu que por hora estão conseguindo atender a demanda, mas que está prevista a construção de um centro no sertão, a deputada perguntou quais são as principais demandas que os centros recebem nesse momento e qual o número de pessoas que são referenciadas para o centro de Campina Grande, a resposta foi que estão recebendo uma grande demanda da população transexual em busca do processo transsexualizador e mudança de nome e gênero nos documentos, a segunda grande demanda é a saúde mental, em relação ao número de pessoas, ele respondeu que não tem essa precisão em relação a esses dados por não haver um senso LGBTQIA+, eles só conseguem estimar baseado nas pessoas que procuram pelos serviços, a deputada questionou se o planejamento da gerência em algum momento apontou a necessidade de se fazer um senso LGBTQIA+, a resposta foi que eles não tem condições de realizar um senso e que fizeram um mapeamento dos movimentos LGBTQIA+, porém nem todos os municípios responderam os formulários, a Sra. presidente perguntou qual a forma divulgação desses formulários, o Sr. Fernando disse que são utilizados os canais oficiais do estado e das redes sociais, a deputada perguntou qual foi a última campanha de combate à violência contra essa população realizada e quais foram os meios de divulgação, a resposta foi que em janeiro de 2021 foi realizada uma campanha, divulgada através de outdoors (10 unidades) e das redes sociais, além da campanha no dia 17 de maio que é o dia internacional do combate a LGBTfobia, a deputada perguntou se existe um protocolo para lidar com os crimes homofóbicos, o interrogado afirmou que existe uma gerente que faz uma catalogação através da busca por crimes com características homofobias nos veículos de comunicação, a deputada Estela perguntou se a segurança pública e a secretaria de saúde não informam a gerência esses dados de violência, a resposta foi que sim e que no final de cada ano esses dados são cruzados, a deputada Estela afirmou que com base nos depoimentos

anteriores devido à deficiência de integração da rede não existe um sistema que possa ser acompanhado de imediato. A deputada perguntou quais são os maiores desafios que a gerência enxerga para a construção de uma rede de proteção e garantias para a população LGBTQIA+, o interrogado respondeu que a rede tem em sua estrutura o objetivo de monitorar, acompanhar e referenciar onde chega uma pessoa LGBTQIA+ que procura o estado, a deputada perguntou se existe um fluxo de protocolo de atenção a pessoa LGBT e se o mesmo é pactuado, a resposta foi que ainda não é pactuado e que o fluxo ainda está em construção, perguntou se a rede foi criada por decreto e a resposta foi que o decreto já está no palácio do governo para publicação no diário oficial. Dando continuidade à oitiva foi pedido ao Dr. Fernando Chagas representante do Complexo Hospitalar Clementino Fraga que falasse sobre o objetivo maior do hospital, o diretor falou um pouco sobre o histórico do hospital e sua trajetória em atender doenças infecto contagiosas, falou que o hospital atende o paciente em sua integralidade, disse que há nove anos criaram o ambulatório para travestis e transexuais (TT) devido à necessidade dessa população e que dispõe de diversas assistências a essas pessoas, a deputada perguntou o percentual de pacientes que são HIV+ e desse total quantos são LGBTQIA+, e no caso de haver esse registro se é utilizado o nome social do grupo TT desse seguimento e quais avanços já foram conseguidos em termos de visibilidade, acomodação e registro dessa população, o interrogado afirmou que existem 890 registros de pessoas acompanhadas no ambulatório TT, afirmou que existe a divisão dos prontuários em três perfis mas o levantamento específico dos portadores de HIV ainda não foi feito e disse que o registro do nome social é feito nos prontuários, falou sobre a necessidade dos serviços privados se adequarem as necessidades desse público evitando exposições desnecessárias, em seguida a deputada perguntou se o Dr. Fernando acha que a equipe multiprofissional do hospital já assimilou uma postura de respeito e acolhimento a população LGBTQIA+ ou se existe a necessidade continua de transformação de mentalidade e qual o investimento que a secretaria de saúde tem feito nesse sentido, o interrogado afirmou que a grande maioria tem o perfil acolhedor, porém casos isolados existem e são feitas contínuas reuniões com a finalidade de promover mudança de

mentalidade, a deputada questionou se o centro de informações do hospital dialoga com os centros de referência LGBTQIA+ do estado, a resposta foi que o comunicado é feito a gerência e de lá a informação é enviada para os centros, a deputada perguntou quais os canais de comunicação que o hospital utiliza para difundir os serviços do ambulatório TT, a resposta foi que são utilizados canais como o Instagram, televisão, rádio e as campanhas realizadas pelo hospital chamada de Clementino Itinerante, a Sra. presidente indagou se são notificadas as delegacias específicas as questões de violência constatadas no hospital, a resposta foi que é muito raro acontecer mas quando ocorrer a notificação é feita, a deputada solicitou que os números sejam levantados e entregues à CPI. A Sra. Presidente agradeceu a participação de todos e registrou a necessidade de ter a participação do Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, não havendo mais o que discutir declarou encerrada a reunião. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, e Karla Georgea Castro Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. João Pessoa-PB, 23 de março de 2022.



DEP. ESTELA BEZERRA

Presidenta